

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação



Relatório de Actividades – 2005

Março 2006

Página deixada intencionalmente em branco.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1 SOCIEDADE

- Promover a inclusão pela via da SI
- O desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal
- O papel da SI no aproximar das Regiões
- O Digital no Quotidiano – A relatividade do tempo na Sociedade da Informação
- Os contextos lúdicos na Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Identidade Digital
- Inclusão das Comunidades Migrantes
- Tele-Medicina – Expectativas e Realidades
- A Ética no contexto da Sociedade da Informação
- Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação
- A Sociedade da Informação como potenciadora das actividades das ONGs
- Os desafios da Economia da Informação
- Modelos de *Governance* na Sociedade da Informação
- Sociedade da Informação e os Novos Media
- Arquitectura na Sociedade da Informação
- Literacia Digital e Certificação de Competências

2.2 MERCADO & TECNOLOGIAS

- Fazer crescer o mercado da SI em Portugal
- A competitividade da indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da SI
- Combater os estrangulamentos do Comércio e do Negócio Electrónicos em Portugal
- Os *e-Marketplaces* na Sociedade da Informação
- A revolução tecnológica do acesso e o desenvolvimento do mercado da Sociedade da Informação
- *Open Source* – Expectativas e realidades
- Estudo comparativo Irlanda – Portugal sobre o apoio à competitividade e internacionalização das empresas de tecnologias de informação
- GDD - Gestão de Direitos Digitais
- Condicionantes económicas da construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento

2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Monitorização dos processos básicos da AP
- Ponto de situação do *e-Government* em Portugal
- e-Educação – O que tem o sector da Educação a ganhar com o desenvolvimento da SI
- e-Justiça – O que tem o sector da Justiça a ganhar com o desenvolvimento da SI
- e-Cultura – Cultura no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Administração Pública Local – Perspectivas de desenvolvimento no âmbito da Sociedade da Informação
- PPP - Parcerias Público Privado no contexto da Sociedade da Informação

2.4 ACTIVIDADES REGULARES

- 2º Ciclo de Conferências “Pensar a Sociedade da Informação”
- Forum da Arrábida – Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento em 2005 “Relações Laborais e Trabalho Digital”
- Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Barómetro da Sociedade da Informação
- Criação de grupos de trabalho especializados nas áreas de Educação, Saúde e Comércio Electrónico
- Internacionalizar a actividade da APDSI
- Colunas da responsabilidade da APDSI em Órgãos da Comunicação Social
- Prémio Editorial 2005 “APDSI – Sociedade da Informação”
- Prémio Personalidade do Ano 2004 no domínio da Sociedade da Informação
- Prémio Nacional “A Outro Nível”
- *Newsletter* Digital da APDSI
- *World Internet Project*
- Olimpíadas da Informática

2.5 ACTIVIDADES EM FASE DE CONCLUSÃO

- Bloqueios jurídicos ao desenvolvimento da Sociedade da Informação
- O futuro do *e-Learning* em Portugal
- Terminologia da SI na Língua Portuguesa

- Arquitectura organizacional do Estado e das Administrações Públicas
- Evolução do Analógico para o Digital no domínio do trabalho
- A representação do território numa perspectiva da Sociedade da Informação

2.6 OUTRAS ACTIVIDADES

- Bolsa de equipamento informático usado para fins de natureza social
- Revista Digital da APDSI
- Compilação em CD de documentos internacionais de referência no domínio da SI

3. CONCLUSÕES

4. ANEXO

- Resumo das Actividades realizadas

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Actividades que se apresenta pretende descrever as actividades desenvolvidas pela Associação em 2005 (que corresponde ao ano de reforço da consolidação da associação), através da execução de um programa de actividades vasto e diversificado. Do conjunto de iniciativas constantes do Plano de Actividades de 2005: algumas foram apenas iniciadas; outras foram finalizadas; e outras não foram concretizadas por ausência de apoio financeiro.

Essa acção apenas foi possível pelo envolvimento do capital humano que o conjunto de associados -- individuais e colectivos -- oferece à APDSI, apresentando-se esta como um parceiro mobilizador de ideias e de acções.

A capacidade de execução da associação ainda é penalizada pela reduzida estrutura disponível, e a própria situação geral de recessão da actividade económica não facilitou a concretização de objectivos mais ambiciosos.

As actividades realizadas ou simplesmente iniciadas tiveram como primeira restrição activa a obtenção dos meios financeiros mínimos para a sua concretização.

As actividades levadas a cabo, comprovam a existência de uma forte vontade de participação da sociedade civil na reflexão sobre a sociedade da informação e do conhecimento e dos seus impactos na sociedade portuguesa.

A Direcção da APDSI manifesta o seu profundo agradecimento a todos os associados e colaboradores que participaram nos trabalhos de análise e reflexão subjacentes às actividades desenvolvidas.

Creemos que a associação saiu do ano de 2005 mais robustecida para enfrentar um período dinâmico de consolidação da sociedade da informação e do conhecimento no seio da sociedade portuguesa. Assim, a APDSI terá atingido os seus objectivos de curto prazo.

Os objectivos de médio e longo prazo, que se traduzem na criação de uma sociedade competitiva e de elevado nível de bem-estar, estão alicerçados na criação de riqueza com recurso a instrumentos de elevado valor acrescentado, com base no saber e suportados pela informação e pelo conhecimento.

É nossa convicção que a temática da sociedade da informação já está inculcada no discurso político. Resta o desafio, ainda por vencer, de vir a integrar a prática política.

Página deixada intencionalmente em branco.

2. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1 SOCIEDADE

□ **Promover a inclusão pela via da SI**

A Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos". Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia actual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a iliteracia, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros factores de exclusão que precisamos de ter em conta.

Pretende-se com este estudo identificar as barreiras ao acesso universal da população aos benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

O estudo foi iniciado sob a liderança da Dr.ª Godelieve Meersschaert.

□ **O desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal**

As tecnologias da informação e comunicação estão a tornar-se num instrumento importante não só na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas também no reforço da democracia. O grande desafio está em garantir o acesso universal, aumentar a literacia e garantir a confiança por forma a que todos beneficiem deste potencial tecnológico.

A democracia electrónica vai muito para além da votação e disponibilização de informação sobre os candidatos através da Internet, trata-se de uma nova forma de fazer com que o cidadão comum participe em discussões e interacções com os poderes políticos, fazendo chegar a sua voz, não apenas durante as campanhas eleitorais, mas também nos períodos intercalares e a propósito dos problemas da sua vida quotidiana.

Pretende-se com este estudo analisar as oportunidades e constrangimentos da utilização dos meios da sociedade da informação no exercício da cidadania activa.

Este grupo de trabalho tem a liderança do Dr. Pacheco Pereira. Infelizmente, o grupo teve apenas a sua primeira reunião de trabalho, aguardando-se que venha a prosseguir em 2006, dada a enorme relevância deste tema.

□ **O papel da SI no aproximar das Regiões**

Apesar de todos os esforços dos vários Governos e das oportunidades criadas no âmbito da integração europeia, continuamos a assistir a um movimento migratório do interior para o litoral e ao abandono progressivo das localidades mais remotas em favor dos centros urbanos.

Os maiores obstáculos aos esforços no sentido de aproximar as regiões mais desfavorecidas continuam a ser os níveis de educação e de formação dos estratos mais pobres da população.

A sociedade da informação caracteriza-se pela sua independência do território, capacitando as zonas mais remotas com novas formas de acesso à informação ao trabalho, à educação, à saúde, etc.

Este estudo pretende analisar as possibilidades de exploração das novas tecnologias da informação e comunicação na fixação das populações e no desenvolvimento das regiões mais remotas e desfavorecidas.

O estudo está a decorrer e é liderado pelo Prof. António Serrano.

□ **O Digital no Quotidiano – A relatividade do tempo na Sociedade da Informação**

Este estudo não foi iniciado por ausência de apoio financeiro.

□ Os contextos lúdicos na Sociedade da Informação e do Conhecimento

A sociedade da informação e em particular a Internet, tem vindo a alterar de uma forma marcante a utilização do nosso tempo disponível. De facto os desenvolvimentos ao nível tecnológico de que são exemplos a digitalização da fotografia, do vídeo e do áudio o aumento crescente das velocidades de processamento e transmissão ou a acessibilidade facilitada a conteúdos existentes nas redes de BL, tem vindo a reformular e a dinamizar de uma forma acentuada a indústria do entretenimento e do lazer. Assiste-se assim a uma crescente valorização do uso do tempo nos aspectos lúdicos sejam eles música, vídeo, jogos, conteúdos eróticos, etc. com impactos comportamentais ao nível individual e colectivo.

Este estudo pretende ser um contributo para avaliar o modo e as condições em que o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal poderá possibilitar às empresas e aos cidadãos utilizadores o acesso generalizado a custos razoáveis a serviços lúdicos como condição para que este sector tenha um impacto significativo na economia nacional. Avaliação dos impactos dos novos ambientes digitais no mundo do entretenimento e do lazer bem como identificar e ajudar a ultrapassar barreiras e contextos desajustados ao desenvolvimento deste sector na sociedade da informação e do conhecimento são outros dos objectivos a atingir neste trabalho.

Este trabalho foi iniciado sob a liderança do Dr. Artur Castro Neves.

□ Identidade Digital

Desde o início dos anos setenta que se tem assistido em Portugal a uma sequência de iniciativas tecnológicas, tendentes à criação e manutenção de uma base de dados central de identificação civil fiável e segura. Mais recentemente, com o desenvolvimento das tecnologias de autenticação electrónica, têm surgido sucessivos projectos políticos, quase sempre adiados ou reinventados, de criação de um documento seguro e fiável de identificação digital de todos os cidadãos portugueses, baseado em cartões inteligentes.

A identificação digital é um instrumento essencial para a autenticação nacional e para a grande maioria das transacções decorrentes da actual sociedade da informação, As tecnologias associadas à identificação electrónica vêm-se tornando num instrumento privilegiado para o cidadão, ao mesmo tempo que é um requisito essencial para o desenvolvimento da Administração Pública Electrónica e um meio fidedigno de acreditação e certificação digitais necessárias ao desenvolvimento de toda a economia digital.

As novas aplicações associadas ao cartão de identidade digital, baseadas em tecnologia ubíqua, são cada vez mais uma oportunidade para a indústria de *software* e são uma esperança para o desenvolvimento de novas aplicações orientadas à mobilidade.

Os custos e riscos dos vírus e roubos de identificação passaram a ser problemas quotidianos para toda a sociedade, o que torna a identificação digital uma prioridade para o desenvolvimento da sociedade da informação em clima de confiança.

A APDSI lançou um estudo sobre esta problemática, que integra visões, não apenas tecnológicas, mas também legais, organizacionais e sociais, sendo líder o Prof. Paulo Veríssimo.

□ **Inclusão das Comunidades Migrantes**

No total, estima-se que residam no nosso país mais de meio milhão de imigrantes, isto é 5% da população residente em Portugal.

É um facto novo, um facto que merece toda a atenção e que deve ser devidamente valorizado, pois uma sociedade rejuvenescida, aberta e multicultural constitui uma riqueza inestimável, se soubermos desenvolver políticas de imigração adequadas. Caso contrário, torna-se num problema político, social e humano inextricável.

Portugal detém um capital de experiência no campo das migrações que não deverá desperdiçar. Sendo um país de emigração, possui uma memória colectiva e uma experiência particularmente viva e rica mas muitas vezes dramática, da diáspora, que poderão ser capitalizadas na actual situação, em que os papéis se invertem. Trata-se de uma população maioritariamente jovem e na fase activa da sua vida.

Esta é uma mais valia que urge aproveitar no desenvolvimento das políticas nacionais de integração e de acolhimento dos imigrantes.

Esta iniciativa, sob a forma de um *workshop*, foi integrada no trabalho do grupo da inclusão, que se encontra em curso.

□ **Tele-Medicina – Expectativas e Realidades**

A tele-medicina tem gerado expectativas de contribuir para a melhoria dos cuidados de saúde nas regiões interiores ou com menor densidade populacional, dado permitir colocar ao dispor dos utentes nessas regiões especialidades médicas apenas disponíveis em centros de maior dimensão.

Não é seguro que se tenha aproveitado integralmente o potencial da tele-medicina, apesar da existência de experiências comprovadamente bem sucedidas em diversas regiões do país, nomeadamente no Alentejo e na área metropolitana de Coimbra.

Esta temática é objecto de um estudo em que se inclui o levantamento das experiências em curso e o seu confronto com as expectativas existentes, assim como a identificação dos estrangulamentos processuais, regulamentares e organizacionais ao seu desenvolvimento. O estudo em curso é liderado pelo Eng.º António Vasconcelos da Cunha e pela Dr.ª Helena Monteiro.

□ **A Ética no contexto da Sociedade da Informação**

A Sociedade da Informação comporta um nível de responsabilidade ético acrescido para todos os seus intervenientes, desde o cidadão às empresas, passando pelas agências governamentais.

O mal ou bem que se quer fazer está multiplicado numa sociedade globalizada e logo o nível de responsabilidade aumenta.

É cada vez mais necessário implementar uma ética que vá além das regras e dos regulamentos, do enquadramento legal desses comportamentos, dos códigos de conduta, pois as questões da ética são algo a interiorizar e não algo que possa ser imposto.

Depois da Conferência organizada pela APDSI em 2004, iniciou-se um estudo sobre as questões da Ética na Sociedade da Informação, liderado pelo Prof. José Manuel Moreira.

□ **Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação**

A noção de sociedade da informação interioriza, no período histórico que vivemos, um conjunto de crenças, mitos e mesmo paradoxos. Estes são expressões ao mesmo tempo de necessidades e aspirações e também de receios, “magias” e contradições, apercebidas das mais variadas formas pelos diferentes intervenientes sociais.

Há cientistas sociais e investigadores que falam da sociedade da informação como uma certa forma de ideologia que nesta perspectiva poderá ser importante estudar e explorar. Assim, este estudo pretende fazer uma reflexão sobre a sociedade da informação centrada numa perspectiva sociológica de forma a identificar, confrontar e compreender relações e dinâmicas inerentes ao entendimento e percepção da sociedade da informação.

Importa analisar as contradições entre o que imaginamos ser e o que realmente são os factos (percepção da sociedade da informação) introduzidos pela revolução das TICs num contexto de uma economia globalizante.

A apropriação dos benefícios da sociedade da informação é fortemente determinada pela capacidade de podermos navegar numa área em que o processo de conhecimento nem sempre se apresenta linear e lógico e também pela capacidade de se vislumbrar para além do que parece ser evidente.

Este estudo pretende contribuir nesse sentido. O estudo aguarda início, sendo líder a Eng.ª Conceição Casanova.

□ **A Sociedade da Informação como potenciadora das actividades das ONGs**

A emergência da consciência alargada da responsabilidade social, dos indivíduos e das organizações, vem indubitavelmente gerando um nível crescente de activismo social, contrapondo ao afunilamento de valores do neo-liberalismo económico uma sociedade de “causas”.

Esta Sociedade de “causas” instancia-se através da capacidade de mobilização social, da celeridade em “passar palavra”, do *networking* social fundado na dinâmica da concatenação oportunística de redes sociais individuais.

As Organizações Não Governamentais constituem-se fundamentalmente como híbridos entre esta concertação *ad-hoc* de vontades e as estruturas formais, persistentes no tempo, de cidadãos partilhando convicções com “leitura” social.

Nesta perspectiva, os movimentos cívicos poderão ser dramaticamente potenciados, na sua latência e no seu impacto, pela universalidade social das tecnologias da informação e da comunicação.

A Sociedade da Informação, enquanto paradigma de organização social em rede, parece constituir o ambiente de eleição para a expansão do activismo social.

Esta temática é objecto de um estudo em curso liderado pelo Prof. António Pedro Dores.

□ **Os desafios da Economia da Informação**

Quem está na nova economia nascida com a chamada Revolução da Informação dá-se conta de múltiplos paradoxos que inspiraram nos últimos anos o pensamento de autores bastante controversos.

Na medida em que a disponibilidade da tecnologia aumenta e os custos diminuem, alguns autores preferem classificar as TIC como *commodities*, passando a ser cada vez menos importantes do ponto de vista estratégico. Será que é mesmo assim?

As novas regras da concorrência, as transformações nos vários sectores, o funcionamento das novas empresas e ambientes operacionais interligados e em rede, as novas ferramentas de *e-business* e *e-government*, a universalidade do acesso e a exclusão social, etc., são alguns dos temas que nos preocupam na moderna Economia da Informação.

Hoje em dia são frequentes os produtos e serviços baseados na informação e no saber economicamente atractivos, que em virtude do seu baixo custo de reprodução e de distribuição lançam novos desafios, novas polémicas e novas oportunidades.

Dada a instabilidade com que este sector da economia se tem apresentado nos últimos anos e os desafios que nos coloca a todos nós, a APDSI propôs-se elaborar um estudo sobre o estado e as tendências da Economia da Informação em Portugal, tendo convidado o Dr. Joaquim Alves Lavado para liderar este grupo.

□ **Modelos de *Governance* na Sociedade da Informação**

A Sociedade da Informação tem vindo a constituir nos últimos anos uma preocupação dos governos nacionais e comunitários, ocupando cada vez mais um lugar privilegiado nas agendas políticas.

Desde os modelos de governação mais centralizadores aos mais descentralizados ou federalistas, a Sociedade da Informação constitui sem dúvida um esforço colectivo de governos, mercado empresarial e população em geral.

O papel do Estado, enquanto entidade consumidora, reguladora e financiadora das tecnologias da Sociedade da Informação, é alvo de divergências e perspectivas muitas vezes contraditórias. Um Estado mais 'implementador' ou mais regulador, uma soberania única ou partilhada e o papel da sociedade são algumas das visões de 'Governance' que a APDSI se propôs estudar, tendo convidado o Dr. Carlos Oliveira para o conduzir.

□ **Sociedade da Informação e os Novos Media**

Este estudo não foi iniciado por ausência de apoio financeiro.

□ **Arquitectura na Sociedade da Informação**

Este estudo não foi iniciado por ausência de apoio financeiro.

□ **Literacia Digital e Certificação de Competências**

Este estudo não foi iniciado por ausência de apoio financeiro.

2.2 MERCADO & TECNOLOGIAS

□ **Fazer crescer o mercado da SI em Portugal**

A sociedade da informação e do conhecimento tem a faculdade de gerar benefícios incalculáveis para os cidadãos no acesso à administração pública, educação, cultura, investigação científica, cuidados de saúde interactivos, lazer e grande diversidade de meios de entretenimento.

Para que esses benefícios potenciais possam ser apropriados pelos cidadãos no seu dia a dia é necessário que estes tenham meios para aceder a esse enorme volume de informação de forma fácil, rápida e a custo acessível.

Apenas um mercado dinâmico e alargado tem condições de suportar os investimentos que estão na base dessa grande riqueza potencial de que os cidadãos serão os principais beneficiados, bem como naturalmente os restantes intervenientes no mercado.

Assim, identificar e assegurar os compromissos que conduzam ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento em Portugal é uma opção estratégica que contribuirá para o crescimento económico sustentado e a modernidade do país e, fundamentalmente, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Serão signatários organismos da administração pública, associações cívicas, operadores de telecomunicações, empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de informática e Universidades que adiram aos princípios da carta de compromisso.

Esta acção será uma homenagem póstuma ao Dr. Raul Junqueiro e foi proposto ao Governo liderado pelo Dr. Durão Barroso e posteriormente ao Governo do Eng. José Sócrates, aguardando-se a respectiva assinatura.

□ **A competitividade da Indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da SI**

Desde o Livro Branco de Jacques Delors “Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”, publicado em Dezembro de 1993 que é comumente aceite a importância do desenvolvimento da

sociedade da informação para o aumento da competitividade de um país nas suas múltiplas vertentes e, em particular, na componente industrial.

Essa mesma evidência sobressai no relatório Bangemann “A Europa e a Sociedade Global da Informação - Recomendações ao Conselho Europeu”, publicado em Maio de 1994, bem como no outro lado do Atlântico nos documentos produzidos sob a coordenação do Vice-Presidente Al Gore.

Em Portugal nunca se analisou com suficiente profundidade os contributos potenciais da sociedade da informação no aumento da competitividade da indústria portuguesa, nomeadamente na sua capacidade de inovar e de se adaptar a mercados progressivamente mais exigentes.

Com este estudo pretende-se sensibilizar os empresários portugueses para a importância dos investimentos em TICs como meio de aperfeiçoamento organizacional e de incentivo à inovação no tecido produtivo, geradores de aumentos de competitividade empresarial, sustentáveis numa economia em permanente mutação.

Este grupo é liderado pelo Dr. Joaquim Azevedo.

□ **Combater os estrangulamentos do Comércio e do Negócio Electrónicos em Portugal**

Os investimentos em tecnologia ligados ao uso da Internet no contexto da operacionalização de soluções de comércio electrónico mantiveram-se a um nível muito elevado na segunda metade da última década, tendo-se registado um sem-número de iniciativas fazendo apelo a incrementos de eficiência das operações e à redução dos custos operacionais nas empresas.

As plataformas para a concretização de ambientes B2B tornaram-se pois disponíveis e acessíveis.

O mesmo se passou na vertente B2C, quer do lado da oferta, com um grande número de lojas e centros comerciais virtuais na *web*, que abrangem as mais variadas ofertas de bens e serviços ao consumidor, quer do lado da procura, com um aumento sucessivo de utilizadores Internet.

Aparentemente, as condições infra-estruturais necessárias para um sucesso total do comércio e do negócio electrónicos parecem estar no lugar.

No entanto, esse sucesso não acontece ou tarda a atingir níveis significativos.

Interessa pois, reflectir sobre as possíveis razões para este estrangulamento, esta promessa adiada, mobilizando, entre outros, associações empresariais e de consumidores, juntamente com os fornecedores dos meios de pagamento e agregadores de lojas digitais, de forma a identificar os constrangimentos essenciais e potenciais acções de inversão da situação.

Este trabalho foi concluído, liderado pelo Luís Cabrita e Arq. Luís Pinto, tendo as respectivas conclusões sido apresentadas no Auditório da SIBS.

□ **Os e-Marketplaces na Sociedade da Informação**

Este estudo não foi iniciado por ausência de apoio financeiro.

□ **A revolução tecnológica do acesso e o desenvolvimento do mercado da Sociedade da Informação**

Este estudo não foi iniciado por ausência de apoio financeiro.

□ **Open Source – Expectativas e realidades**

O interesse nas soluções *Open Source* tornou-se inquestionavelmente global. Vários países, regiões e organismos referem o recurso a este tipo de soluções nas suas directivas estratégicas. Outros vêem no *Open Source* uma oportunidade importante de desenvolvimento local de uma indústria de *software*.

Hoje em dia existem muitas organizações, algumas de grande dimensão, a nível nacional e internacional, do foro privado ou da administração pública, cujos sistemas mais críticos de negócio recorrem com sucesso a soluções de *software Open*

Source. Permanece no entanto ainda em muitos casos uma falta de informação clara e objectiva sobre o que é de facto o *software Open Source*, quais as oportunidades para a utilização deste tipo de soluções, quais as suas vantagens, fraquezas e que critérios objectivos devem presidir à sua adopção.

Será que o *software Open Source* deve ser visto como uma “moda passageira” que se esvanecerá a mais ou menos curto prazo? Será que se trata de uma opção credível que deverá ser ponderada pelos responsáveis sobre tecnologias de informação?

Na sequência do estudo elaborado pela APDSI em 2004, considerou-se ser a altura de se avaliar através de um *workshop* as oportunidades e os constrangimentos do *Open Source*, ponderando sobre algumas das suas expectativas e realidades. Este trabalho está a cargo de um grupo liderado pelo Eng. Luís Arriaga da Cunha, ocorrendo a sua concretização no terceiro trimestre de 2006, por motivos de oportunidade.

□ **Estudo comparativo Irlanda – Portugal sobre o apoio à competitividade e internacionalização das empresas de tecnologias de informação**

O caso Irlandês é normalmente referido em termos elogiosos como *benchmark* inquestionável da capacidade estratégica de criar um tecido empresarial altamente competitivo e sustentável no domínio das TICs, alavancando significativamente o perfil do país como captador de Investimento Directo Estrangeiro, factor decisivo no seu reposicionamento internacional no domínio da competitividade global.

Num contexto económico-social em que Portugal assume a requalificação do modelo de crescimento como a questão central do seu futuro, entende-se útil sistematizar, com alguma profundidade, uma leitura comparada da evolução ocorrida em ambos os países.

A análise deverá focar essencialmente o conjunto de medidas de política e de concertação estratégica dos múltiplos intervenientes, que viabilizaram os ganhos de competitividade observados, entre outros:

- Enquadramento legislativo;
- Apoios à competitividade das empresas no mercado interno do país;
- Apoio à internacionalização das empresas nacionais.

Com este estudo pretendia-se sensibilizar os vários “actores” envolvidos para a necessidade de criação de instrumentos que potenciem a competitividade global das empresas portuguesas de TIs.

Este estudo, liderado pelo Prof. João Confraria, deparou-se com algumas dificuldades na recolha de informação relevante sobre a situação Irlandesa.

□ **GDD - Gestão de Direitos Digitais**

A gestão de direitos digitais - GDD (DRM - *Digital Rights Management*) é uma questão complexa envolvendo aspectos técnicos, jurídicos, legislativos, de harmonização internacional, entre outros e abrangendo áreas como as tecnologias de base, interoperabilidade entre suportes e equipamentos, conteúdos, standards nucleares, segurança, facilidade de utilização.

Importa que a GDD assegure e optimize as escolhas dos consumidores e a concorrência o que passa por uma aceitação generalizada no mercado, condição essencial para a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de conteúdos e serviços on-line legais.

Outro aspecto importante a ter em conta é o de que, embora o exercício dos direitos continue, em tese, a poder ser assegurado individualmente, a natureza de certas obras e a diversidade dos modos da sua difusão, aliadas à evolução das tecnologias de comunicação e à multiplicação do número de utilizadores, impõe, na prática, o sistema de gestão colectiva dos direitos exclusivos, mediante o qual os titulares de direitos autorizam as organizações de gestão colectiva a gerir os seus direitos, isto é, a vigiar as utilizações das suas obras, a negociar com os eventuais utilizadores, a conceder-lhes, mediante pagamento de uma remuneração apropriada, autorizações sujeitas a determinadas condições, a perceber as remunerações e a reparti-las entre os titulares de direitos.

O estudo a desenvolver abrangerá além destas questões outras como: a GDD como facilitador de novos modelos de negócio; o impacto da GDD na inovação, na concorrência e na segurança; o impacto da GDD no fluxo livre da informação e nos consumidores.

Este estudo não foi iniciado em 2005, por dispor apenas de apoio financeiro parcial, tendo sido transferido para o programa de actividades de 2006.

□ **Condicionantes económicas da construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento**

Neste estudo pretende-se analisar as opções estratégicas, desempenho económico, modelos de decisão, concorrência, regulação, orientação da despesa pública, eficácia e eficiência dos investimentos essenciais à construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Esta reflexão é de grande relevância num contexto de opções políticas que envolvam o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento numa perspectiva estratégica.

Temos presente que o contributo desse desenvolvimento para a melhoria de produtividade, controlo da despesa pública e para a competitividade da economia portuguesa é inquestionável.

Este trabalho está a cargo de um grupo liderado pela Dr.^a Teodora Cardoso.

2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

□ **Monitorização dos processos básicos da AP**

Todos os estudos recentes sobre Administração Pública Electrónica apontam, como factor crítico de sucesso, a capacidade de integração de processos interdepartamentais, potenciando a comunicação e a transacção electrónica de informação e serviços orientados para os cidadãos e agentes económicos.

O estudo realizado no âmbito do Plano de Actividades do ano anterior permitiu identificar os processos básicos e os vários parceiros públicos e privados que neles intervêm e que de diversas formas contribuem para a realização do mesmo produto ou serviço público. Apontaram-se constrangimentos de natureza administrativa e legal por cada um dos *clusters* identificados fundamentalmente em torno de cada área económica específica.

Neste ano este grupo de trabalho lançou o Portal Kafka, destinado a receber relatos de situações de relacionamento com a administração pública, pelos cidadãos e agentes económicos.

□ **Ponto de situação do e-Government em Portugal**

A passagem de uma administração pública tradicional e burocrática para uma administração pública electrónica (*e-Government*) tem sido uma bandeira política dos governos em todo o mundo e Portugal não tem fugido a esta regra, mas a sua concretização efectiva tarda em acontecer, nomeadamente na utilização das novas tecnologias da sociedade da informação na prestação de serviços electrónicos que correspondam às necessidades básicas da vida dos cidadãos e das empresas.

Este seminário decorreu em Évora, na sala do Senado da Universidade, subordinado ao título “Iniciativas Estratégicas para a Administração Pública – Hoje e no Futuro”.

□ e-Educação – O que tem o sector da Educação a ganhar com o desenvolvimento da SI

Temos vindo a ser confrontados com estudos internacionais que identificam de uma forma inequívoca a inadequação do sistema educacional em particular ao nível do ensino básico e secundário, com dificuldade na formação de cidadãos aptos para abraçar as oportunidades e os desafios das sociedades avançadas que têm por base o conhecimento e a capacidade de transformar tal conhecimento em riqueza.

Não é suficiente ligar todas as Escolas à Internet nem tão pouco basta ligar todas as salas de aula, aspiração aliás descrita na primeira medida do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, se continuar a não existir uma visão que enquadre objectivos amplos e claros. Tal implica que a Escola como um todo, deverá dar resposta aos desafios que a ela se colocam nomeadamente, repensar as formas de ensinar e de aprender, os modelos de gestão das escolas e reformular os currícula existentes antecipando necessidades e requisitos das sociedades futuras ou no mínimo, adaptando-os aos tempos em que vivemos.

Assim importa mobilizar as instituições, os cidadãos e as empresas para acções que contribuam para a mudança urgente do actual sistema de ensino em Portugal e, por outro, constituir um fórum permanente ao mesmo tempo crítico e criativo no domínio da Educação. Deve ser acentuada a capacidade para “saber fazer” e “saber inovar” na sociedade da Informação e do Conhecimento, onde a “aprendizagem ao longo da vida” se torna tão evidente e indispensável.

É hoje uma realidade nacional que os gastos crescentes no domínio da Educação não têm tido reflexos igualmente visíveis no que diz respeito à qualidade do ensino. Há quem considere que apenas pela via da utilização sistemática e intensiva das tecnologias da sociedade da informação é possível otimizar os recursos existentes e os investimentos a efectuar no futuro.

Assim, impunha-se promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir, nomeadamente considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento de produtos standard educacionais que exijam baixos investimentos e sejam de larga utilização.

Este trabalho foi concluído, e teve como líder o Prof. Roberto Carneiro.

□ **e-Justiça – O que tem o sector da Justiça a ganhar com o desenvolvimento da SI**

Constatamos todos os dias a morosidade do sistema judicial, nomeadamente no encaminhamento e no desembaraço dos processos, na tomada de decisão, no controlo dos vários intervenientes e no acesso à informação pertinente.

Assim, importa promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir de forma a melhorar o funcionamento da Justiça, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre todos os intervenientes no sistema judiciário. Torna-se urgente a adopção de sistemas de gestão documental e *workflow*, técnicas de controlo de processos e de cargas de trabalho, de forma a tornar mais fluido e económico o funcionamento da Justiça em Portugal.

Com o fim de elaborar uma visão sobre o tema da Justiça em Portugal e de identificar e propor recomendações para a acção, importava juntar numa sessão de análise os principais intervenientes provenientes dos diferentes sectores com responsabilidades no estabelecimento de um Sistema Judiciário eficiente e de qualidade tendo por base o uso de serviços telemáticos, com a colaboração de juizes, magistrados, advogados, funcionários judiciais, associações cívicas e todos quantos estejam interessados na aceleração e automatização do funcionamento do aparelho judiciário. Esta componente foi concretizada através de uma Conferência que decorreu na Gulbenkian, com o mesmo título.

Numa segunda fase, dever-se-ia privilegiar o desenvolvimento de uma análise mais profunda apontando caminhos para a potenciação dos benefícios da sociedade da informação e do conhecimento no sector da Justiça, nomeadamente no aumento da celeridade processual de modo a que a “justiça” seja uma realidade no contexto de um Estado de Direito.

Esse trabalho decorreu em 2005, estando prevista a apresentação dos resultados em Abril de 2006.

□ **e-Cultura – Cultura no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento**

Portugal ocupa hoje no contexto do espaço Europeu um lugar modesto no que diz respeito a padrões desejáveis no domínio cultural.

O desenvolvimento da Sociedade da Informação cria hoje condições de interpenetração e desenvolvimento das diferentes áreas do saber. Por outro lado a Sociedade da Informação é, ela mesmo, um fenómeno cultural já que disponibiliza hoje

um *lugar* de conceptualização e visualização de novos espaços e formas culturais sem as restrições do mundo analógico. Hoje podemos imaginar estruturas com ajuda do *Cyberspace* (este visto como um meio de expressão tal como o são o lápis, o papel, o pincel, o som, a imagem, etc. e não um fim) que não existem no mundo físico e mapeá-las no nosso espaço mental e serem assim percebidas, por exemplo, como extensões das artes e das culturas tradicionais.

Este trabalho pretende avaliar de que modo a Sociedade da Informação permite potenciar a actividade criativa não só a partir de novas formas de expressão mas ainda através do aparecimento de novas entidades para serem exploradas numa fronteira do espaço cultural.

O Grupo é liderado pelo Prof. Carlos Correia.

□ **Administração Pública Local – Perspectivas de desenvolvimento no âmbito da Sociedade da Informação**

Muitos dos serviços públicos são cada vez mais prestados no âmbito das regiões e das autarquias, confirmando a tendência descentralizadora das modernas administrações públicas. Paralelamente aos serviços de proximidade, os cidadãos e as empresas exigem cada vez mais serviços *on-line*, que tirem partido de todas as potencialidades que a sociedade da informação hoje nos oferecem.

Desta forma a administração pública regional e local estará a dar um importante contributo para a sua desburocratização e transparência, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e para o reforço da cidadania.

Com o objectivo de contribuir para a discussão do impacto da Sociedade da Informação no âmbito da administração pública regional e local e dos seus agentes, de modo a que o cidadão possa vir a ter acesso a cada vez mais e melhores serviços públicos *on-line*, a APDSI propõe-se organizar um *workshop* sobre as perspectivas de desenvolvimento da Sociedade da Informação nas autarquias locais.

A organização deste evento, que se concretizará em 2006, está a cargo dos Prof. Carlos Zorrinho e Prof. Leonel Santos.

□ **PPP – Parcerias Público Privado no contexto da Sociedade da Informação**

Entende-se por parceria público-privada (PPP) o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado (Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril).

Em todos os tipos de PPP coexistem em maior ou menor grau três dimensões: a económica, a social e a tecnológica, sendo que as finalidades essenciais são o acréscimo de eficiência na afectação de recursos públicos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, induzida por formas de controlo eficazes que permitam a sua avaliação permanente por parte dos potenciais utentes e do parceiro público.

No âmbito das PPP incumbe ao parceiro público o acompanhamento e o controlo da execução do objecto da parceria, de forma a garantir que são alcançados os fins de interesse público subjacentes, e ao parceiro privado cabe o financiamento e o exercício e a gestão da actividade contratada, sendo que o parceiro público garante ao privado uma margem mínima de lucro no empreendimento, desde que o parceiro privado cumpra as exigências acertadas no contrato.

A favor das PPP refere-se à possibilidade de o sector privado transferir para o sector público características estimuladoras da inovação e de capacidade de gestão, a libertação de recurso a para investimentos noutras áreas e, ainda, a distribuição de riscos entre as partes, procurando afectá-los à parte que tem os menores custos para os suportar.

Há no entanto que ter em conta que enquanto o sector privado possui objectivos primordialmente económicos, os objectivos finais do sector público são basicamente sociais. Importante, também realçar a tensão entre os valores de flexibilidade e responsabilização, e os diferentes pesos atribuídos a esses valores entre os sectores público e privado, claramente identificáveis em termos do tratamento de temas como conflitos de interesse, actividades políticas, normas e procedimentos, pessoal e processos de tomada de decisão.

Desde há cerca de quinze anos, as PPP conhecem uma forte expansão na União Europeia, tendo também tido lugar em Portugal diversas aplicações deste modelo, ainda que em áreas distintas da Sociedade da Informação.

O grupo de trabalho que está envolvido na organização de uma conferência sobre esta temática é liderado pelo Dr. Luís Nazaré.

2.4 ACTIVIDADES REGULARES

□ 2º Ciclo de Conferências “Pensar a Sociedade da Informação”

Esta iniciativa não foi concretizada por ausência de apoio financeiro, tendo sido transferida para o plano de actividades de 2006.

□ Fórum da Arrábida – Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento em 2005 “Relações Laborais e Trabalho Digital”

Este encontro virá na continuidade dos encontros realizados em 2002, 2003 e 2004 e tem como objectivo reunir um conjunto de personalidades que, de diferentes perspectivas, possam, em conjunto, reflectir e explorar novas ideias e entendimentos sobre o que será o futuro da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal e num mundo que, como sabemos, é cada vez mais complexo e incerto e que nos coloca perante constantes desafios individuais e colectivos.

Pretende-se continuar um processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma Sociedade baseada na Informação e no Conhecimento. Discutir ideias baseados em necessidades, valores e modos de comportamento em que acreditamos hoje, mas que permitam também posicionar-nos para além das nossas rotinas diárias e considerar papéis e intervenções alternativas a esses quotidianos é também um objectivo a alcançar.

Pensar no futuro implica tentarmos perceber de que modo a sociedade como um todo influencia a inovação tecnológica e a adopção de novas tecnologias e noutro sentido explorar de que forma estas vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, de diferentes grupos sociais, das empresas e das instituições em geral.

Os resultados destas reflexões, sob a forma de conclusões do encontro, foram entregues aos Grupos Parlamentares, Membros do Governo, empresas e instituições associadas, para além da divulgação através da Internet e da Comunicação Social.

O evento decorreu no Convento da Arrábida em 14 e 15 de Outubro.

□ **Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento**

A primeira actividade pública da APDSI foi a realização de um debate com os Partidos Políticos sobre as “Estratégias para a Sociedade da Informação” em 12 de Março de 2002, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas desse ano.

Entendeu-se de interesse a realização de uma actividade sobre o mesmo tema a meio do mandato do Governo que resultou dessas eleições. Esse debate ocorreu, por razões de carácter simbólico, a 12 de Março de 2004 no mesmo local da iniciativa original.

Durante o período de campanha eleitoral em 2005 repetiu-se o debate - a 10 de Fevereiro - dentro do mesmo espírito de intervenção pública da sociedade civil no domínio da sociedade da informação e do conhecimento.

□ **Barómetro da Sociedade da Informação**

O desenvolvimento da Sociedade da Informação constitui indubitavelmente elemento chave no posicionamento competitivo das Nações no contexto da globalização.

Na inexistência de um acompanhamento estatístico sistemático não temos tido no nosso País uma percepção clara da evolução da que se verifica em componentes importantes da realização de avanços no domínio da Sociedade da Informação em Portugal.

A APDSI, em colaboração com o jornal “Expresso”, lançou um Barómetro regular baseado num inquérito trimestral a um painel alargado, estável, de especialistas com o objectivo de obter uma síntese abrangente da percepção qualitativa geral acerca do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

□ **Criação de grupos de trabalho especializados nas áreas de Educação, Saúde e Comércio Electrónico**

Esta iniciativa não foi concretizada em 2005, tendo sido transferida para o programa de actividades de 2006.

□ **Internacionalizar a actividade da APDSI**

Sendo a Sociedade da Informação eminentemente global, importa que a Associação estabeleça contactos internacionais com associações, outras organizações sem fins lucrativos e outras entidades de forma a acompanhar a evolução nos mais diversos domínios do desenvolvimento da sociedade da informação.

Em 2005, a APDSI assegurou a filiação na IFIP – *International Federation of Information Processing*.

□ **Colunas da responsabilidade da APDSI em Órgãos da Comunicação Social**

A APDSI tem por objecto a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. Para a prossecução do seu objecto, compete à Associação “Informar os cidadãos, empresas e outras entidades em questões relativas à Sociedade da Informação e do Conhecimento”.

Uma das formas de levar a efeito esta tarefa consiste na presença regular, continuada e sustentada da Associação nos Órgãos de Comunicação Social, tanto os de informação geral, como os especializados.

Em 2005, a APDSI assegurou participação nalguns meios de comunicação social.

□ **Prémio Editorial 2005 “APDSI – Sociedade da Informação”**

Este prémio enquadra-se no espírito das mais variadas iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento da SI e destina-se a estimular a publicação de trabalhos na imprensa escrita, enquanto contributo para o progresso da Era da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio da Oracle Portugal Sistemas de Informação e da Sun Microsystems Portugal sendo admitidos a concurso os trabalhos produzidos na imprensa, nacional e regional, durante o ano de 2004.

A apreciação do contributo de cada trabalho para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal, contempla, para além da qualidade geral do trabalho, os seguintes aspectos:

- Inovação, criatividade e descoberta na abordagem do tema
- Contributo para a visibilidade e aplicabilidade dos benefícios da Sociedade da Informação
- Relevância social, económica, cultural e tecnológica
- Contextualização de impactos
- Grau de profundidade da investigação jornalística patente no trabalho

A entrega dos prémios decorreu numa cerimónia no Museu da Água, a 30 de Maio.

□ **Prémio Personalidade do Ano 2004 no domínio da Sociedade da Informação**

Este prémio tem por objectivo destacar e galardoar anualmente a personalidade que se tenha distinguido pelo seu contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio da Oracle, Sun Microsystems e do Jornal Expresso.

No presente ano, o prémio foi atribuído ao Prof. António Dias Figueiredo.

□ **Prémio Nacional “A Outro Nível”**

Este prémio destina-se a galardoar um aluno finalista de Engenharia Informática e cursos afins reconhecidos pela Ordem dos Engenheiros, com base na classificação de curso, curriculum vitae e cartas de recomendação.

O Júri, constituído por personalidades convidadas no meio académico e profissional e presidido pelo representante da APDSI, elaborará a ordenação dos candidatos, não sendo as suas decisões susceptíveis de recurso.

O início deste prémio, com outra designação, foi transferido para 2006.

□ ***Newsletter Digital da APDSI***

Esta iniciativa não foi iniciada em 2005, tendo sido transferida para o plano de actividades de 2006.

□ ***World Internet Project***

Este projecto foi lançado no “Center for Communication Policy Studies” na UCLA, em colaboração com a NTU “School of Communication Studies” em Singapura e o “Osservatorio Internet Itália” da Universidade Bocconi em Milão, tendo por objectivo acompanhar, investigar e documentar as transformações nas várias esferas – política, social e económica – da vida privada e colectiva induzidas pelo uso da Internet pelas famílias e pelas nações.

Com esse objectivo vem montando uma rede de colaboração com organizações de múltiplos países tendo em vista alargar a capacidade de recolha de informação e globalizar a base de observação.

O contributo da APDSI consiste na divulgação dos seus resultados.

□ **Olimpíadas da Informática**

Na continuação de uma actividade até agora conduzida pela API - Associação Portuguesa de Informática, a APDSI promoveu a realização das Olimpíadas Nacionais de Informática, um concurso de programação dirigido aos alunos das escolas secundárias e a participação da equipa vencedora dessas Olimpíadas nas Olimpíadas Internacionais de Informática, a realizar num país anfitrião.

A componente técnica desta actividade esteve assegurada, mediante a formalização de protocolo, sob a responsabilidade do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

A liderança científica é assegurada pelo Prof. Pedro Guerreiro e a organizacional pelo Prof. Fernandes de Almeida.

2.5 ACTIVIDADES EM FASE DE CONCLUSÃO (em 2005)

□ **Bloqueios jurídicos ao desenvolvimento da Sociedade da Informação**

A Sociedade da Informação e do Conhecimento tem, em alguns momentos, introduzido rupturas na forma de viver em sociedade e no seu sistema regulador e normativo.

Se por um lado as leis têm muitas vezes um papel mobilizador e capaz de induzir comportamentos e atitudes sociais adequadas às transformações politicamente expectáveis, por outro lado, alguma da legislação que a sociedade produz assume um papel conservador e gerador de bloqueios ao desenvolvimento tecnológico e ao seu adequado aproveitamento social e económico.

Apesar das preocupações dos vários Governos na introdução de inúmeros instrumentos legislativos, directa ou indirectamente associados ao desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, nomeadamente através de sucessivos quadros institucionais de enquadramento, facilitação do acesso à informação e aos serviços públicos, garantia de segurança e privacidade da informação, acesso universal às telecomunicações, desburocratização e desmaterialização dos actos administrativos, negócio electrónico, etc., existem ainda dúvidas sobre o seu adequado aproveitamento prático e sobre o grau de eficácia do actual quadro legislativo português e comunitário.

Esta iniciativa foi concretizada através de um Ciclo de Conferências organizado em colaboração com a Ordem dos Advogados, sob o título ‘Leis Portuguesas na Sociedade da Informação’.

□ **O futuro do e-Learning em Portugal**

A utilização conjugada do multimédia e da Internet para conceber e disponibilizar conteúdos formativos e desenvolver competências à distância (*e-learning*) é um dos grandes desafios para os próximos anos.

A organização de classes virtuais e a interacção remota entre os vários participantes vem possibilitar alargar o ensino e a formação profissional a regiões afastadas e converter cada lar ou local de trabalho numa sala de aula.

O ensino à distância cria um novo contexto onde o aluno assume um papel decisivo na gestão do tempo e do seu processo e ritmo de aprendizagem.

Mais do que as ferramentas síncronas ou assíncronas de aprendizagem, a produção de conteúdos formativos em português, constitui um dos factores mais críticos para o sucesso do *e-learning*.

Este estudo visou fazer um ponto de situação e perspectivar o futuro do *e-learning* no nosso país. As suas conclusões foram apresentadas numa sessão que decorreu a 15 de Março de 2006, na Universidade Católica Portuguesa em Lisboa.

□ **Terminologia da SI na Língua Portuguesa**

O vocabulário associado à sociedade da informação tem sido considerado por alguns sectores uma forma de exclusão e uma barreira ao acesso às oportunidades tecnológicas.

Nem sempre é fácil encontrar equivalentes na língua portuguesa para os inúmeros conceitos que vêm sendo criados no âmbito da sociedade da informação. Procuram-se muitas vezes neologismos e adaptações apressadas das línguas originais.

Pretendeu-se com este estudo sistematizar e divulgar a terminologia mais correcta, que ao longo dos últimos anos se considerou mais apropriada para representar a sociedade da informação.

Os resultados deste estudo - Glossário da S.I. - liderado pelo Dr. Palma Fernandes foram presentes numa cerimónia no Padrão dos Descobrimentos.

□ **Arquitectura organizacional do Estado e das Administrações Públicas**

A Reforma do Estado Português constitui uma das principais vertentes da modernização de Portugal. Neste contexto, a Administração Pública, nas suas diversas vertentes - central, regional, local - e nas suas múltiplas competências funcionais, necessita de ser profundamente reformulada, quer no que toca à sua missão e objectivos, quer à sua

organização e gestão. Como é sabido, as tecnologias e os sistemas de informação e de comunicações constituem poderosas alavancas de mudança organizacional. Infelizmente as tecnologias e sistemas são frequentemente utilizadas como *magic bullets*, passando o seu desenvolvimento e operação a constituírem fins em si, com objectivos tecnológicos desenquadrados e desalinhados do suporte efectivo aos processos e aos sistemas organizacionais que eram suposto apoiarem e transformarem.

O falhanço do uso das modernas tecnologias e sistemas de informação e comunicação no quadro da reengenharia de grandes e complexas organizações é uma evidência mundial, perante a qual importa retirar lições para o futuro.

As razões de ser deste desempenho medíocre devem-se em grande parte ao uso de metodologias inapropriadas às situações concretas das organizações, desde logo, e na fase inicial, à deficiente formulação dos problemas com que estas verdadeiramente se confrontam. Ao longo da década de 90 foi-se desenvolvendo uma nova e mais madura aproximação socio-técnica à engenharia organizacional, suportada em competências multidisciplinares, orientada aos processos e à integração dos aspectos de organização, gestão e dos sistemas de informação.

Mais recentemente emergiu a disciplina de Arquitectura Organizacional, que proporciona enquadramento poderoso para a concepção integrada das organizações, e para a formulação, desenvolvimento, concretização, monitorização e avaliação dos projectos de mudança e para o controlo das respectivas interacções e dinâmicas sistémicas a eles associadas.

A construção do Futuro exige arrojo, empenho, inovação. Querem-se visões ambiciosas, que mobilizem as pessoas, e potenciem a mudança das mentalidades.

Querem-se visões ambiciosas sim! Mas responsáveis, não demagógicas, e conseqüentemente aliadas a concretizações prudentes, firmes, faseadas, por objectivos, controladas, em progressão iterativa, num quadro de melhoria continua, proporcionando caminhos seguros para a mudança participada e para a credibilização indispensável do novo Estado de que o País tanto necessita.

Com este estudo, liderado pelo Prof. José Tribolet, pretendeu-se contribuir para a definição de uma arquitectura organizacional do Estado e das Administrações Públicas.

Os seus resultados foram apresentados na Torre de Belém, com a presença do Senhor Presidente da República.

□ **Evolução do Analógico para o Digital no domínio do trabalho**

O trabalho na sociedade da informação e do conhecimento tem-se caracterizado por uma mutação progressiva do analógico para digital e do paradigma da máquina para o paradigma da rede, relativizando os milenares constrangimentos de espaço e tempo.

Enquanto na sociedade industrial o trabalho se caracterizava pelo isolamento, pela rigidez de contexto, a rotina e a mecanização, na sociedade da informação e do conhecimento o trabalho é desempenhado em comunidade virtual, em interação e conhecendo-se o seu contexto global.

Em vez de processos mecânicos, o trabalho em rede caracteriza-se por processos orgânicos, complexos e baseados em fluxos dinâmicos.

Os novos trabalhadores do conhecimento deixarão cada vez mais de usar canetas e papel, passando a autenticar trabalhos e decisões através de assinaturas electrónicas e a trabalhar lado a lado com processos decisórios distribuídos, automatizados por regras e algoritmos computacionais. O ambiente de trabalho destes novos trabalhadores será maioritariamente o Portal da organização a que pertence, em qualquer momento e em qualquer lugar, onde para além da resolução dinâmica de algumas rotinas quotidianas, como a simples justificação de faltas e a marcação de férias, todos reconhecerão as tarefas substantivas e mais ou menos críticas que lhes são cada vez mais solicitados neste novo ambiente (electrónico) de trabalho.

Este estudo pretende ser um contributo para a análise dos impactes dos novos ambientes digitais no mundo do trabalho e ajudar a identificar barreiras e contextos desajustados ao desenvolvimento de novas formas de trabalho na sociedade da informação e do conhecimento.

Este grupo de trabalho é liderado pelo Prof. António Brandão Moniz.

□ **A representação do território numa perspectiva da Sociedade da Informação**

Portugal tem uma história muito rica na utilização de representações do território, sob a forma de cartas, no suporte aos Descobrimientos e à Gestão do Território.

Com o aumento sustentado da utilização das tecnologias que caracterizam a Sociedade da Informação, a representação do território passou a ter um papel ainda mais importante, tendo surgido a necessidade de disponibilização da informação geográfica já não sob a forma de cartas mas em formato digital, em tempo real e num número crescente de aplicações e dispositivos, incluindo dispositivos móveis. No entanto, a informação geográfica tem inerente uma elevada complexidade e, para ter qualidade, tem que ter aderência ao nível de detalhe adequado do Mundo Real, pelo que é percebida como um bem escasso e de custo elevado.

Com este estudo pretendeu-se identificar boas práticas, a nível nacional e internacional, da utilização de informação geográfica na criação de valor em processos que necessitam de representações do território. Pretende-se, desse modo, divulgar as boas práticas e contribuir para uma maior generalização da utilização deste tipo de informação estruturante.

O trabalho foi liderado pelo Prof. Mário Rui Gomes, tendo as suas conclusões sido apresentadas na Sociedade de Geografia de Lisboa.

2.6 OUTRAS ACTIVIDADES

□ **Bolsa de equipamento informático usado para fins de natureza social**

A evolução dos sistemas operativos e as exigências impostas pelo *software* aplicacional têm tornado cíclica e vertiginosa a aquisição de um grande número de computadores pessoais, não apenas para uso doméstico, mas por renovação de parques informáticos empresariais. Assim os computadores pessoais e restante equipamento informático utilizados nas empresas e na administração pública são frequentemente substituídos por equipamentos mais evoluídos tecnologicamente quando ainda se encontram em condições de utilização nas principais funções básicas para fins com níveis de exigência inferiores.

O desmantelamento desses equipamentos e depósito nos aterros sanitários levanta problemas ambientais diversos para além da perda do seu potencial de utilização noutros contextos. Muitos dos computadores substituídos em vez de se juntarem às toneladas de desperdício poderiam ser utilmente encaminhados para usos alternativos em ambientes menos exigentes. Deste modo faz todo o sentido, numa perspectiva abrangente, encontrar meios para a sua reutilização para fins sociais, nomeadamente em escolas, lares de terceira idade, associações culturais, recreativas e desportivas e outras organizações com fins não lucrativos.

Para que este programa atinja os seus fins pressupõe-se um acordo prévio com potenciais entidades ofertantes sobre as condições mínimas de funcionalidade dos equipamentos e a pré-instalação de aplicações para fins sectoriais (lares de terceira idade, jardins escolas, colectividades de cultura e recreio, entre outras) quando disponíveis.

A criação de condições que permitam conjugar a oferta (Empresas e AP) com a procura (instituições de natureza social), poderá ser conseguida pela criação de uma “bolsa” de equipamento, baseada em meios electrónico, acessível e actualizável pelas diversas entidades, acção que constitui objectivo desta iniciativa da APDSI.

Em 2005, procedeu-se à montagem do modelo deste conceito, estando prevista a abertura do portal em 2006.

□ **Revista Digital da APDSI**

Esta iniciativa não foi iniciada por ausência de apoio financeiro.

□ **Compilação em CD de documentos internacionais de referência no domínio da SI**

A maior parte dos países e muitas das organizações internacionais têm produzido nos últimos anos um grande número de documentos de referência sobre a sociedade da informação e em particular sobre a transformação das administrações públicas através das tecnologias da informação e comunicação.

As universidades e os próprios fornecedores de tecnologia e serviços da sociedade da informação têm tido um papel activo na produção de documentos importantes para o conhecimento desta área.

A APDSI pretende editar um CD que incluirá milhares de documentos de referência em texto integral e centenas de *links* importantes sobre a sociedade da informação e em particular no domínio do *e-Government*, que irão decerto contribuir para melhorar o conhecimento nestas áreas.

A concretização desta iniciativa foi transferida para 2006.

3. CONCLUSÕES

A APDSI procurou, através deste conjunto de iniciativas, contribuir para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, de forma independente do poder público, dando voz à sociedade civil.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal será também o reflexo do empenho que a sociedade civil conseguir demonstrar. No momento histórico decorrente do alargamento da União Europeia a mais dez países, em que os factores de competitividade de cada um deles são determinantes para o seu progresso no seio de uma Europa alargada, estamos perante um desafio em que Portugal e a sua sociedade civil têm uma missão a desempenhar para assegurar o seu próprio futuro neste contexto geopolítico.

O trabalho realizado neste quarto ano de actividade da associação teve por objectivo alcançar a consolidação da APDSI como representante da sociedade civil neste domínio crucial para o aumento da competitividade do país e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A execução deste programa continua a representar um desafio à capacidade mobilizadora da sociedade civil. A sua concretização requereu o envolvimento das entidades com capacidade financiadora sem as quais as actividades realizadas ficariam inviabilizadas.

Finalmente, a Direcção da APDSI renova os agradecimentos aos seus sócios – individuais e institucionais – pois sem o seu apoio não teria sido possível prosseguir afirmativamente na realização das acções referidas no presente relatório.

Página deixada intencionalmente em branco

4. ANEXO

□ Resumo das Actividades realizadas

Apresenta-se a seguir, um quadro que resume as actividades realizadas desde 2002.

Ano	Data	Actividade	Local
2002	12 Mar 02	Debate partidos políticos	Fórum Picoas
	11-12 Out 02	Encontro da Arrábida	Convento da Arrábida
2003	29 Jan 03	Estudo "Mudar a Máquina"	Centro Congressos Lisboa
	12-13 Mai 03	Conferência "e-Saúde"	Gulbenkian
	11 Jul 03	Estudo "Processos Básicos"	Auditório Marconi
	24 Set 03	Prémio Personalidade	Palácio Foz
	3-4 Out 03	Encontro da Arrábida	Convento da Arrábida
	14 Nov 03	e-Government	Convento da Arrábida
	12 Dez 03	Estudo "e-Procurement"	Auditório Marconi
2004	12-13 Jan 04	Conferência "e-Justiça"	Fundação Calouste Gulbenkian
	12 Mar 04	Debate partidos políticos	Fórum Picoas
	24 Mai 04	Prémio Editorial	Reservatório da Patriacal
	15 Jul 04	Estudo "e-Saúde"	Auditório Marconi
	22 Set 04	Estudo "Open Source"	LNEC
	21 Out 04	Conferência "Mobilidade"	Hotel Le Meridien
	5 Nov 04	Conferência "Ética"	Ordem dos Engenheiros
	9 Nov 04	Conferência "Liberdade Expressão Net"	Palácio Foz
	18-19 Nov 04	Fórum da Arrábida	Convento da Arrábida
	24 Nov 04	Conferência "Info do Sector Público"	Representação da Comissão Europeia
	25 Nov 04	Prémio Personalidade	Palácio Foz
Semanal	Colunas em ONGs	Computerworld	

Ano	Data	Actividade	Local
2005	13 Jan 05	1ª Conf. - Ciclo Conferências	Reitoria da UNL
	27 Jan 05	2ª Conf. - Ciclo Conferências	Reitoria da UNL
	10 Fev 05	Debate partidos políticos	Fórum Picoas
	8-9 Mar 05	Conferência "e-Educação"	Fundação Calouste Gulbenkian
	12 Abr 05	Portal KAFKA	Grémio Literário
	14 Abr 05	3ª Conf. - Ciclo Conferências	Reitoria da UNL
	19 Abr 05	Conferência "e-Learning"	UCP
	19 Mai 05	4ª Conf. - Ciclo Conferências	Reitoria da UNL
	20 Mai 05	Olimpíadas de Informática	FCT/UNL
	30 Mai 05	Prémio Editorial	Sala das Máquinas a Vapor dos Barbadinhos
	6 Jun 05	Estudo "Arq.ª APs"	Torre de Belém
	14-15 Out 05	Fórum da Arrábida	Convento da Arrábida
	24 Out 05	Estudo "Léxico-SI"	Padrão dos Descobrimentos
	17-18 Nov 05	e-Government	Univ. Évora
	24 Nov 05	Prémio Personalidade	Hotel Pestana Palace
		Estudo "e-Educação"	---
	Regular	GAN	---
	5-7 Dez 05	Seminário "Bloqueios Jurídicos"	Ordem dos Advogados
Trimestral	Barómetro	Jornal Expresso	
Regular	IFIP	---	
2006	5 Jan 06	Posição do GAN - Plano Tecnológico	Hotel Le Meridien
	12 Jan 06	Estudo "Geo-Competitivo"	Sociedade de Geografia de Lisboa
	18 Jan 06	Manifesto "Comércio e Negócio Electrónicos"	SIBS
	15 Mar 06	Estudo "e-Learning"	UCP